



Extensão nos Institutos Federais: interlocução com a sociedade e foco na inclusão

Giano Luis Copetti

Giano Luis Copetti, coordenador nacional do Fórum de Pró-Reitores de Extensão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Forproext), aborda as peculiaridades da extensão desenvolvida nos Institutos Federais em relação às universidades e analisa os desafios que serão enfrentados na área com a aprovação do Plano Nacional de Educação.

Caminho Aberto – O Plano Nacional de Educação (lei 13.005/2014), sancionado pela presidente Dilma Rousseff em junho de 2014, estipula que, no prazo de dez anos, 10% do total de créditos curriculares exigidos para os cursos de graduação sejam ofertados em programas e projetos de extensão, em ações orientadas prioritariamente para áreas de grande pertinência social. Que impactos essa grande ampliação da área da extensão pode provocar nas instituições de ensino superior, e particularmente nos Institutos Federais?

Giano Luis Copetti – No Brasil, os professores ainda têm uma certa dificuldade com o conceito e com os objetivos da extensão. A gente costuma receber uma série de projetos de ensino, uma série de projetos de pesquisa que as pessoas tentam encaixar como extensão. Eu acredito que com o fato de a gente ter um aumento no financiamento, a gente vai primeiro poder capacitar melhor os professores a nível do entendimento do que é extensão, quais os seus objetivos, o fato de que ele obrigatoriamente tem que ter uma relação direta com a sociedade, que ele precisa ser inclusivo, que ele tem uma obrigação com os arranjos produtivos locais de forma que se alavanque esses arranjos produtivos locais. Isso tudo está diretamente vinculado ao nosso objetivo principal enquanto Instituto Federal que é a formação de técnicos e tecnólogos. O Brasil é muito carente de técnicos e tecnólogos e a pesquisa que tem sido feita pura nas universidades, em geral, não tem atendido às pequenas empresas. O nosso grande avanço vai ser a produção de pesquisa aplicada e de extensão tecnológica. Ou seja, a gente vai conseguir dar esse suporte no que tange à mão de obra das pequenas e médias empresas e vai conseguir dar a solução tecnológica para eles a partir de uma demanda em fluxo contínuo, onde eles nos demandam, e nós enquanto academia produzimos esse conhecimento, melhoramos esse conhecimento e o

devolvemos à sociedade. Vamos fazendo uma reflexão social e filosófica no sentido de como esse processo contínuo vai fazendo com que as pessoas historicamente excluídas da nossa sociedade vão conseguindo uma autonomia e tendo acesso a algumas coisas a que eles jamais tiveram.

Caminho Aberto - A perspectiva então é de que haja um maior reconhecimento e uma maior valorização da extensão?

Giano Luis Copetti – Sim, um maior reconhecimento da extensão, uma maior produção da extensão e o retorno à sociedade vai ser maior. Porque o processo extensionista dá o retorno à sociedade, e às vezes a pesquisa não consegue fazer isso. A formação de bacharéis na universidade às vezes não dá o retorno que a indústria, que o comércio, que a sociedade precisa. Há muitos anos a gente fala dessa carência de formação de técnicos e tecnólogos. Eu acho que essa inter-relação que a extensão vai promover entre a academia e a sociedade vai nos possibilitar uma melhora social. Então para além de um aumento da produção da extensão a gente vai ter, de fato, um retorno da academia para a sociedade.

Caminho Aberto – Em termos práticos, o senhor acha viável a ampliação da extensão para o equivalente a 10% dos créditos nas instituições, no prazo de 10 anos, como prevê a lei? Essa exigência não tende a provocar um corre-corre nas instituições?

Giano Luis Coppetti – Eu acho que vai provocar um corre-corre porque hoje a gente está muito longe desses 10%. Eu acho que toda a proposta devia ter um piloto, e um piloto mais tangível, mais possível de ser alcançado. Talvez ter um plano gradual para atingir esses 10%. É um pouco contraditório dizer isso, porque eu gostaria que a extensão atendesse aos 10% de cara, que acontecesse logo.

Caminho Aberto – O Forproext tem discutido alguma ação a ser desenvolvida para que os Institutos Federais persigam essa meta?

Giano Luis Copetti – Nesse último encontro que nós tivemos, que foi o 11º encontro do Forproext, em Brasília, foi a primeira vez que a gente trouxe essa discussão à tona. E o engraçado é que mais ou menos um terço dos pró-reitores são novos, nunca tinham sido pró-reitores de extensão. Eles demandavam uma certa formação e esse fórum acabou sendo mais formativo do que de discussão sobre alguma temática. A gente trouxe essa temática para eles, mas percebeu que o fórum não tinha maturidade suficiente para tomar decisões de como executar. E nós tínhamos demandas anteriores sobre indicadores de extensão, sobre dois projetos de lei que tratam da extensão parados lá no Congresso. Então a gente não amadureceu a execução. A gente tem clareza do que é a demanda, mas não tem a clareza de como fazer para executar isso.

Caminho Aberto – No Plano Nacional de Educação, a previsão de 10% dos créditos da graduação em extensão aparece como uma das estratégias para o cumprimento da meta 12, que é “elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% das novas matrículas, no segmento público”. Qual a relação entre a ampliação da extensão nas instituições de ensino superior e a elevação da taxa de matrícula?

Giano Luis Copetti – Para mim isso não está claro. Há muito tempo a gente faz extensão e ela tem um papel fundamental na diminuição da evasão, e não no aumento da inscrição. A gente percebe que as ações extensionistas diminuem a evasão. Mas como as ações extensionistas vão promover a inscrição dos alunos ainda não está claro.

Caminho Aberto – Quais são as peculiaridades dos projetos e ações de extensão dos Institutos Federais em comparação com a extensão feita nas universidades? Há diferenças entre a extensão desenvolvida nesses dois tipos de instituições de ensino superior?

Giano Luis Copetti – Conceitualmente, sim. Realizar extensão na rede significa que através de programas e projetos de extensão, a gente vai fazer uma interlocução com a sociedade de modo a fazer uma produção, produzir um resultado, de maneira inclusiva e melhorando os arranjos

produtivos locais. Ou seja, a gente está preocupado com a inclusão, com a inter-relação com a sociedade e com o resultado disso no arranjo produtivo local. Hoje há muitos produtos da universidade que não atendem às demandas da sociedade. O Instituto não tem essa proposta. O diferencial da extensão nos Institutos é a interlocução com a sociedade e a preocupação com a inclusão. Esse é o caráter fundamental.

Caminho Aberto – Isso inclusive está previsto na lei de criação dos Institutos Federais, que inclui entre os objetivos dessas instituições “desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da EPT, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos”. Na sua visão, os Institutos têm cumprido esse objetivo a contento?

Giano Luis Copetti – Vou dar um exemplo aqui do Instituto Federal de Brasília. A gente faz um trabalho excelente no que tange a incluir as pessoas com deficiência. Mas a gente ainda é carente na inclusão da diversidade sexual e estamos mais ou menos no que tange à inclusão étnico-racial. Acho que dificilmente a gente vai conseguir fazer tudo, mas o importante é que o ideal esteja claro para todo mundo que trabalha e a gente tentar solucionar gradualmente todas essas demandas que vão vindo. Então, a contento talvez não, mas a gente está muito preocupado, correndo atrás, trabalhando muito, escutando as pessoas, fazendo parcerias, escutando as demandas e tentando nos adaptar. Não é muito fácil. É um processo lento. Por exemplo, se você quiser fazer um acordo de cooperação, a velocidade com que a indústria funciona é muito diferente da velocidade da academia. Então às vezes esse diferencial de tempo pode fazer com que não seja interessante para a indústria fazer um acordo de cooperação com a gente, e a gente perde oportunidade de pesquisa, perde oportunidade de inserir nosso aluno como estagiário e perde uma chance grande que nossos egressos venham a trabalhar nessas empresas. Mas eu acho também que a gente tem melhorado muito. Nós só temos cinco anos, o que é muito pouco tempo para consolidar um trabalho. Eu acho que a gente está no caminho certo.

Caminho Aberto – De que maneiras a extensão contribui para fortalecer a imagem institucional dos Institutos Federais?

Giano Luis Copetti – Eu acho que esse é nosso trabalho. Existe uma série de eventos feitos em toda a rede, e tem um em particular que eu gosto muito, que acontece em vários locais, que são as feiras profissionais tecnológicas, onde se mostra tudo o que a gente tem produzido e se convida os empresários a nos visitar. Aqui em Brasília a gente convida os empresários a visitar a feira e apresenta tudo o que tem de ensino, pesquisa e extensão. Esse tipo de ação acontece muito em todo o país. A consolidação da marca dos IFs perpassa a extensão, sem dúvida nenhuma. Algumas instituições, como a gente aqui em Brasília, têm coordenações de relações institucionais que visitam a sociedade em geral, no sentido tanto de levar o que a gente faz quanto propor acordos para a produção mútua. Acho que 80% disso é responsabilidade da extensão. Para te responder bem claramente, eu acho que todas as ações da extensão têm que estar vinculadas à consolidação dessa marca – a marca do instituto, a proposta do instituto, o que a lei traz, os resultados que esse tipo de ação vai trazer para a sociedade e trazer a sociedade para ser parceira de fato.

Caminho Aberto – Os periódicos científicos na área da pesquisa são hoje muito mais numerosos que os de extensão. Qual a importância da publicação de periódicos para o fortalecimento tanto da área da extensão quanto do relacionamento entre as instituições?

Giano Luis Copetti – Quando a gente tem uma revista a gente consegue ser reconhecido e incentivar as pessoas a produzir extensão. Eu acho que o grande diferencial entre as revistas científicas e as revistas extensionistas é o prazer da leitura. É muito agradável ler uma revista de extensão. Eu já fiz esse teste porque eu recebo muitas revistas de extensão e dou para pessoas de diferentes tipos de escolaridade. E eles conseguem compreender o que foi feito. Fiz a mesma coisa com as revistas de pesquisa e as pessoas em geral não terminam a leitura. As revistas de extensão elas terminam e comentam. As pessoas conseguem compreender.

A extensão é de fácil manuseio. As pessoas se enxergam no que está sendo feito. A gente precisa produzir na academia, nos institutos, leituras a que todo mundo tenha acesso. A gente não pode produzir só documentos que uma minoria consiga ler. Mas produzir documentos o mais próximo possível das pessoas, que elas consigam ler, se enxergar no que está sendo escrito. Isso é uma democratização do conhecimento e eu acho que as revistas de extensão têm esse caráter, essa preocupação, essa ideologia por detrás. Eu sou um entusiasta das revistas de extensão.

Caminho Aberto – É possível dizer então que as revistas de extensão também têm uma preocupação inclusiva.

Giano Luis Copetti – Quando eu vejo uma revista de extensão eu lembro da tertúlia. No seu conceito, simplificando, a tertúlia é dar oportunidade às pessoas de ter acesso aos clássicos, de fazer uma releitura dos clássicos. Elas leem os clássicos e conseguem jogar isso para dentro da sua vida, fazer uma releitura a partir do seu olhar. Eu acho que as revistas de extensão são a tertúlia científica. As pessoas conseguem acessar um conhecimento científico e conseguem fazer uma releitura a partir do seu olhar. Eu acho que essa é a riqueza dos documentos da extensão. E tem outras peculiaridades. Eu costumo dizer, e isso não é uma ideia minha, que não há extensão sem alunos. Quando se produz o resultado, o resultado tem um parceiro, que é a sociedade, seja ela a indústria, um órgão público, uma associação. E tem o nosso aluno como atuante, como um dos principais atuantes do processo. O professor de fato passa a ser um coordenador, um articulador do processo. Então quando a sociedade lê, quando o aluno lê, ele se reconhece ali, ele foi participante, ele atuou ativamente. Não é só bom para a autoestima, mas como incentivo à produção. Quando você é membro disso você quer ler, quer fazer de novo, quer estar participando ativamente e continuamente todas as vezes que você tiver chance. É como o Projeto Rondon, um projeto de extensão que tem no Brasil todo, as pessoas que participam se sentem incluídas no processo. Eu acho que é esse o caráter mais rico dos projetos de extensão.

Gianl Luis Copetti tem licenciatura plena e bacharelado em Educação Física pela Universidade de Brasília (UnB) e mestrado em Psicologia do Esporte pela mesma instituição.

Desde julho de 2012 é pró-reitor de Extensão do Instituto Federal de Brasília (IFB), onde também foi coordenador de projetos especiais.

Assumiu a coordenação nacional do Fórum de Pró-Reitores de Extensão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Forproext) em março de 2014.

